

| 13 | REMOÇÕES FORÇADAS: UM PANORAMA INTERNACIONAL

A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO

João Sette Whitaker Ferreira

Nos últimos anos, os casos de remoções forçadas têm se pulverizado nos diversos cantos do planeta. O capital imobiliário, bastante associado ao capital financeiro na atualidade, tem potencializado seus movimentos pelo território na busca de novas frentes de valorização. A disputa por terra urbanizada, neste contexto, tem se agudizado ainda mais.

Além disto, políticas públicas, que corroboram os interesses do mercado imobiliário, têm provocado dinâmicas sócio-territoriais intensas, grandes deslocamentos populacionais, e, com isto, redefinido a cartografia da segregação urbana em muitas cidades no mundo.

O crescimento da importância dada aos grandes eventos na atração de investimentos e na criação de novas centralidades também tem contribuído para a intensificação deste movimento. Construir a imagem de uma cidade preparada para acolher grandes eventos internacionais tem ocupado a atenção de governos das mais diversas matizes ideológicas, que identificam nesta prática a solução para sua crise fiscal e um mecanismo de alavancagem econômica.

Casos de violação de direitos à moradia e à cidade têm sido amplamente veiculados e combatidos a nível internacional por entidades como a relatoria de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Anistia Internacional. A relatoria, tradicionalmente engajada no combate à remoção, tem intensificado suas missões e denúncias, já a Anistia Internacional definiu como tema de campanha atual as remoções forçadas provocadas por megaeventos esportivos. Não são raros os materiais divulgados internacionalmente que revelam o uso da violência em processos de remoções forçadas em todos os continentes.

No caso do Brasil, em decorrência dos megaeventos esportivos que ocorrerão no país nos próximos anos, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016, e dos impactos que vêm provocando ao longo do processo de construção dos equipamentos esportivos e de preparação das cidades para recebê-los, movimentos sociais, organizados em torno da Articulação Nacional dos Comitês Populares, têm se mobilizado e denunciado as remoções forçadas e a falta de atendimento adequado às famílias removidas. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa lançou em dezembro 2011, e reeditou em 2012, o Dossiê “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil”, acompanhado de atos nas 12 cidades, de entrega do documento a autoridades públicas. Os Comitês Populares da Copa organizados em todas as cidades-sede, compostos por uma articulação de movimentos sociais, e grupos da sociedade civil, têm realizado atos de denúncia, inclusive da forma como as remoções estão acontecendo, acompanhadas de processos de desinformação, ameaças extralegais e físicas, pressões políticas e psicológicas.

E mais especificamente em São Paulo, a Defensoria Pública tem se engajado no tema e o Ministério Público tem cobrado esclarecimentos formais à gestão municipal quanto à remoção forçada de inúmeras famílias em assentamentos precários em áreas de intervenção no perímetro de operações urbanas e obras de infraestrutura.

No mundo, embora os processos de remoção forçada não se restrinjam à população de mais baixa renda, são elas as mais afetadas principalmente por sua grande vulnerabilidade e pela falta de atendimento adequado previsto. Não são raros os casos de famílias removidas em função de projetos urbanos e/ou obras viárias, que por total falta de alternativa, deslocam-se para áreas ainda mais precárias e ainda mais distantes, destinando-se a áreas que ainda não são de interesse do circuito imobiliário, tampouco objeto de intervenção muitas vezes.

Nesta sessão, as remoções serão observadas internacional e nacionalmente como reflexo de projetos de infraestrutura urbana, de megaeventos esportivos, e paradoxalmente, de intervenções habitacionais que violam o direito de permanência de populações de baixa renda em suas áreas originais de moradia. Nessa sessão, elas serão exploradas através de casos de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Paris, Cairo e Beirute, a partir de pesquisas que revelam a violência da ação estatal e o desrespeito ao direito de informação das populações afetadas, mas que também iluminam as práticas de resistência social que surgem em contextos muito diversos.

As remoções motivadas por grandes projetos de infraestrutura nas metrópoles internacionais ocorrem frequentemente no bojo de intervenções urbanas que visam promover uma maior atratividade e a inserção dessas cidades no propalado circuito das cidades globais.

As remoções motivadas por mega eventos esportivos destacam o grau de vulnerabilidade das populações locais e dos governos para garantir os seus direitos sociais e urbanos em países e cidades que se subordinam a uma lógica de exceção (conforme Vainer, 2011) capitaneada pelos órgãos promotores desses eventos. Já são diversos os casos internacionais que ilustram exemplos de que a realização desses eventos incorreu eminentemente na garantia de interesses das elites e do capital imobiliário, muitas vezes legando às cidades sede de equipamentos públicos que rapidamente entram em obsolescência.

O caso das remoções em favelas ocorrem em um momento histórico em que os marcos institucionais das políticas habitacionais e o arcabouço legal no âmbito internacional do direito à moradia pareciam ter conferido as bases para interromper a lógica de remoção entendida como solução de erradicação de assentamentos precários e ou irregulares, hoje tão combatida, apesar dos retrocessos e permanências que se observam nos casos aqui explorados.

Esta sessão pretende ainda destacar as resistências e as articulações de movimentos sociais, no Brasil, França, Líbano e Egito. Será dado especial destaque ao caso de São Paulo, em que o grande número de projetos urbanos setoriais de escala metropolitana tem um impacto sócio-territorial e ambiental ainda difícil de ser avaliado em suas consequências. Entre projetos e intervenções urbanas, previstos e em andamento, o município de São Paulo concentra: operações urbanas, intervenções viárias, grandes equipamentos vinculados a megaeventos, implantação de parques, urbanização de favelas, Programa Mananciais, entre outros.

Este caso será explorado à luz da experiência de articulação da academia, com movimentos sociais e a Defensoria Pública, no âmbito do mapeamento que pretende analisar e monitorar as remoções forçadas no município de São Paulo. Este mapeamento se consubstanciou em um Observatório de Remoções da Cidade de São Paulo, levado a cabo por dois laboratórios da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo: o LABCIDADE (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade) e LABHAB (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos). Os integrantes desta sessão são alguns dos parceiros deste Observatório, que neste evento estão reunidos para apresentar e debater suas pesquisas no âmbito desta parceria.

Palavras-chave: remoções, direitos humanos, justiça social.

MEGAEVENTOS, ELITIZAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS E REMOÇÕES NO BRASIL

Giselle Megumi

Resumo

A realização de megaeventos no Brasil – Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 – está servindo como fator de aceleração e legitimação de processos de expulsão de pobres de áreas de interesse do mercado imobiliário. Trazer as competições internacionais para o Brasil tem sido divulgado como fator estratégico para a imagem e inserção internacional do país. Internamente, propaga-se a ideia de que os jogos garantem grandes benefícios para as cidades, como a realização de obras “urgentes” e “imprescindíveis”, e a atração de investimentos internacionais.

O que se vê na prática, porém, nos preparativos já em curso, é a destinação de volumosos recursos públicos para obras questionáveis com relação ao alcance social, e a imposição de projetos de elitização de espaços da cidade. As áreas escolhidas coincidem com frentes de expansão do mercado imobiliário, e os pobres que estão no caminho estão sendo removidos com graves e sistemáticas violações de direitos. Estima-se 170 mil pessoas removidas ou ameaçadas em nome dos megaeventos.

Esta apresentação enfocará as denúncias e estratégias de resistência levadas a cabo pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa.

Palavras-chave: Remoções, Megaeventos, Direitos Humanos.

REMOÇÕES E DIREITO À MORADIA. O URBANISMO FACE ÀS MOBILIZAÇÕES POR JUSTIÇA SOCIAL.

Agnes Deboulet

Resumo

A temática das remoções e expropriações é objeto de muitas reivindicações e ocupa um novo lugar na cena de reivindicações por justiça social no cenário internacional. Nos países de rápido crescimento urbano ou nas jovens democracias, a atualidade desse tema muitas vezes esconde a forma como as sociedades urbanas fabricam uma nova visão de horizonte urbano e de possíveis saídas para crises de governo da cidade. Essa apresentação explora as convergências do fenômeno de remoções ligadas aos grandes projetos de infraestrutura, aos mega projetos e intervenções de renovação urbana em várias grandes metrópoles : Paris e Ile de France, o Grande Cairo e Beirute.

A apresentação se apoiará em pesquisas de campo desenvolvidas nessas metrópoles que aspiram desenvolver sua atratividade. Ela partirá da discussão sobre as transformações nas situações produtoras de remoções, bem como seus efeitos sobre populações e territórios impactados. Em seguida, tratará de ressaltar a forma como novos movimentos sociais, em rede, apreendem este fenômeno e criam formas de resistência que diferem daquelas dos anos 60. Enfim, serão ressaltadas as inovações propostas pelos coletivos que entendem as expulsões como uma violação ao direito ao urbano e propõem respostas que levam em conta definições ora convergentes, ora variadas de justiça social e do direito de populações vulneráveis. Também o arcabouço jurídico será questionado na sua capacidade em responder a esta nova esfera de reivindicações.

Palavras-chave: remoções, direitos, justiça social.

O RETORNO DA REMOÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO: ESTUDO DE CASO DO MORRO DA PROVIDÊNCIA.

Rafael Soares Gonçalves

Resumo

O Rio de Janeiro é objeto de importantes transformações urbanas no contexto de preparação da cidade para sediar grandes eventos internacionais. Sob o discurso pautado na urgência de preparar a cidade, um pretenso consenso em torno dos rumos da reestruturação do espaço urbano emerge com o objetivo de adequar a cidade à atual dinâmica econômica. Um dos efeitos concretos dessa nova dinâmica é uma desenfreada valorização imobiliária, que já apresenta nítidos contornos de uma acentuada gentrificação em certas zonas da cidade. O caso emblemático desse processo é a bilionária Operação Urbana do Porto Maravilha.

Neste contexto específico, as favelas se tornam mais uma vez o principal problema público da cidade, carecendo de uma solução imediata. Tendo como caso de análise o Morro da Providência, situado na zona de intervenção do Porto Maravilha, a presente apresentação pretende identificar discursos e práticas atuais que trazem novamente à tona a questão da remoção das favelas. Tanto as obras de urbanização (sobretudo aquelas relacionadas à mobilidade), assim como as intervenções públicas, justificadas por questões relacionadas ao risco ou mesmo baseadas na perspectiva de proteção do patrimônio histórico, trazem novamente o auspício da remoção a quase metade dos moradores da favela da Providência. Não se pretende, aqui, restringir o debate ao caso específico dessa favela, mas, a partir desse caso, refletir sobre um novo *modus operandi* que emerge atualmente no Rio de Janeiro, como forma de responder, sob um contexto acentuado de especulação imobiliária, às questões suscitadas pelas favelas.

Palavras-chave: favelas; remoção; renovação urbana

GRANDES PROJETOS E EXPULSÕES DE MORADORES NA PERIFERIA DA METRÓPOLE PAULISTA: O CASO DO RODOANEL NORTE

Adilson José Guaiati

Resumo

A construção do Rodoanel Mario Covas está imprimindo fortes impactos à metrópole de São Paulo, entre os quais, o deslocamento forçado de milhares de habitante residentes na periferia. Estes deslocamentos refletem a maneira como o projeto tem sido conduzido, e explicitam uma forma de governança da metrópole calcada na lógica « top-bottom » deixando a participação direta das populações envolvidas praticamente sem espaço no processo decisório do projeto.

A condição de não possuir o título de propriedade da maioria desta população acentua o grau de vulnerabilidade da mesma, gerando impactos de forte amplitude na esfera pessoal dos habitantes, na coletividade local mas também no conjunto da periferia seja no espaço urbano já consolidado seja no periurbano. O trecho Norte do Rodoanel, em plena implantação, deverá deslocar cerca de 3000 famílias localizadas em zonas limítrofes entre o espaço urbano e a reserva da Cantareira. Entre elas, os bairros do Jardim Paraná

(Brasilândia) e a comunidade de agricultores de origem portuguesa da fazenda Santa Maria (Tucuruvi), serão apresentados como estudo de caso deste processo. Nossa proposta pretende contribuir para o panorama das remoções forçadas não somente no nível nacional mas também no âmbito da comparação internacional. Ela reforça e confirma os efeitos segregadores que se manifestam no seio das grandes metrópoles que procuram entrar no seleto clube das cidades mundiais.

Palavras-chave: Rodoanel, expulsão, periferia, governança.

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Raquel Rolnik

Resumo

As remoções decorrentes de obras públicas na metrópole paulistana têm assumido proporções imensas de deslocamento de população de baixa renda equivalente à população de uma cidade média brasileira. Esses processos têm despertado a atenção de dois laboratórios da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – LabCidade e LabHab, reunidos com o objetivo de realizar um mapeamento colaborativo incluindo os processos em curso na cidade. Em parceria com a Defensoria Pública, SAJU/Faculdade de Direito-USP, Escritório Modelo da PUC SP, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, movimentos que atuam com moradia – CMP, UMM, FLM e outros, estruturou-se um observatório que reúne em uma base cartográfica informações para as comunidades atingidas e o público em geral.

Os estudos até o momento realizados indicam a precarização das condições de vida de contingentes expressivos da população removida, muitas vezes causando seu deslocamento para áreas ambientalmente frágeis e sem infraestrutura. Na maioria dos casos, os afetados não conseguem informações sobre os projetos, o que amplia sua situação de insegurança. Como agravante, multiplicam-se as denúncias de uso da violência durante remoções, e de negligência no atendimento adequado da população afetada por parte do Poder Público.

Palavras-chave: remoções, São Paulo, direitos humanos.